DEVOLUTIVA DAS AÇÕES DA COMISSÃO DE ARTICULAÇÃO E NEGOCIAÇÃO JUNTO AO MD

1ª Audiência junto ao MD

ENTREGA DO DOSSIÊ ELABORADO NO XIV ESCIME

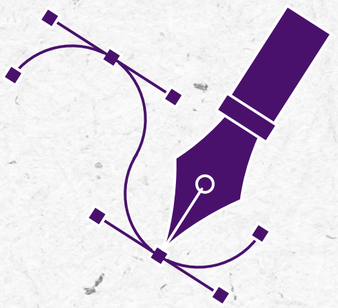
Pauta

1. Transformação das escolas militares (vinculadas ao Ministério da Defesa) em escolas públicas gerais de ensino básico, ensino técnico e ensino superior;
2. Transformar as escolas assistenciais da Força Aérea Brasileira – FAB (Colégio Tenente Regos Barros – CTRB, Colégio Brigadeiro Newton Braga – CBNB, Escola Caminhos das Estrelas – ECE e Escola Preparatória de Cadetes do AR – EPCAR) em escolas federais;
3. Retirada dos TTC's (R-1) da gestão das escolas assistenciais da Força Aérea Brasileira;
4. Realização de concursos públicos para docentes e técnicos administrativos nas instituições de ensino vinculadas ao Ministério da Defesa;

5. Concessão de Dedicação Exclusiva nas instituições de ensino vinculadas ao MD;
6. Negociar uma possibilidade de retorno das despesas dos professores com as estruturas das aulas on-line através do abono FUNDEB;
7. Possibilitar os pedidos de redistribuição nas instituições de ensino vinculadas ao MD;
8. Solicitar a desmilitarização das escolas assistenciais da Força Aérea Brasileira;
9. Direito de reunião sindical dentro das instituições de ensino vinculadas ao MD conforme prevê os preceitos da OIT;
10. Unificar os critérios de avaliação dos EBTT e dos Técnicos Administrativos nas Instituições de ensino vinculadas ao MD, respeitando as suas especificidades, com critérios factíveis e possíveis de serem alcançados;

11. Atualização da Ficha de Avaliação Docente (FRAD); atendendo às seguintes reivindicações: a) que se contemplem produções científicas; b) que as participações em comissões dentro do próprio colégio sejam contempladas de maneira objetiva na ficha e não ficar a critério do coordenador encaixar em algum lugar ou não; c) acabar com a subjetividade de muitos itens de avaliações presentes na Ficha de Registro de Acompanhamento Docente – FRAD como por exemplo: urbanidade, pois tal critério não é objetivo e dá margem para perseguição e/ou favorecimento; d) adequar a FRAD para as realidades de cada colégio;
12. Criação da CPPD e de Comissão de Progressão para Titular nas Instituições de ensino vinculadas ao Ministério da Defesa onde ainda não existam;

13. Fim do PTTC (prestação de tarefa por tempo certo) para docentes e Técnicos Administrativos nas Instituições de ensino vinculadas ao Ministério da Defesa;
14. Inclusão de licença pós-graduação como válida para o tempo de serviço na contagem para a aposentadoria especial;
15. Acompanhar nas instituições de ensino vinculadas ao Ministério da Defesa a implementação e a consolidação da educação inclusiva;
16. Auxílio-Alimentação e Refeição: Os Servidores Civis da Marinha do Brasil (MB) não recebem o pagamento do auxílio-alimentação em pecúnia, uma vez que a MB alega que a Organização Militar (OM) possui rancho próprio.



2ª Audiência junto ao MD

SOLICITAÇÃO DE DEVOLUTIVA

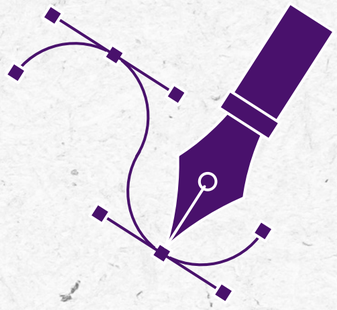
SINASEFE garantiu Auxílio Alimentação para servidores civis da Marinha do Brasil

O SINASEFE conseguiu uma importante vitória para servidores civis da Marinha do Brasil: atendendo solicitação do sindicato, o Ministério da Defesa (MD) afirmou que haverá concessão do Auxílio Alimentação, em pecúnia, para os servidores dessa Força.

A informação foi passada ao sindicato na última quinta-feira (15/06), durante reunião do SINASEFE com Herval Lacerda Alves (diretor do Departamento de Pessoal do MD), realizada em Brasília-DF.

A reunião tratou também de diversos outros pontos, apresentados ao MD na reunião de 05/05, demonstrando um avanço do diálogo e da pauta entre o Governo Lula e o SINASEFE.

Veja a devolutiva da reunião com Ministério da Defesa de 16/06 no vídeo acima e também no relatório abaixo, produzido coletivamente pelos representantes do SINASEFE que estiveram na negociação:



3° Momento:

AUDIÊNCIA JUNTO AO COMANDO DA MARINHA

Em reunião com a Marinha, sindicato reforça cobrança de pagamento do auxílio alimentação de servidores(as) civis

Cobrando o efetivo pagamento do auxílio alimentação para servidores(as) civis, o SINASEFE se reuniu com a Marinha do Brasil (MB) nesta segunda-feira (30/10). Servidores(as) civis que atuam na MB não recebem o pagamento do respectivo auxílio em pecúnia, sob a alegação de que a Organização Militar (OM) possui rancho próprio.